



Naturalidade versus Residência em Portugal 2011

Autores: Humberto Moreira

INE, REC - Serviço de Relações Externas e Cooperação
humberto_moreira@hotmail.com

André Maias

INE, REC - Serviço de Relações Externas e Cooperação
andre.maias@ine.pt

*Place of Birth versus
Residence in Portugal 2011*

Resumo

Este estudo, apesar de se inserir no âmbito das estatísticas migratórias, encontra-se orientado num contexto mais amplo do fenómeno migratório, observado com base na mudança entre o local de nascimento e local da residência habitual. A fonte de informação estatística foi, de forma exclusiva, os Censos 2011, realizados pelo INE com a colaboração das autarquias locais (municípios e juntas de freguesia).

Na generalidade, no que diz respeito aos estudos sobre os fluxos migratórios, comparam-se os locais da residência da população entre duas datas, normalmente com um intervalo anual ou plurianual (cinco anos p. ex.). No entanto, as migrações também se podem observar ao longo do tempo. No presente caso a análise incidiu sobre a pessoa cuja naturalidade é uma unidade territorial diferente da sua residência atual ou seja, o migrante absoluto de acordo com a definição das Nações Unidas.

Os Censos de 2011 recolheram, com base no questionário individual, informação exhaustiva sobre as variáveis naturalidade e residência dos indivíduos desagregada segundo a Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos (NUTS), aos níveis II (região) e III (sub-região), bem como ao nível dos municípios que lhes pertencem. Esta disponibilidade permite o cruzamento de dados sobre a naturalidade e a residência relativamente às diferentes unidades territoriais mencionadas.

A diversidade geográfica das unidades em questão quanto à atratividade

populacional (unidade territorial que atrai população), é avaliada pela população não natural do município de residência. Relativamente à repulsividade demográfica (unidades territoriais que perdem população natural a favor de outras unidades do território nacional), é avaliada pela população que reside fora do município de naturalidade.

Palavras-chave: local de residência habitual, naturalidade, fluxos migratórios, atratividade demográfica, repulsividade demográfica

Abstract

Although this study falls within the scope of migration statistics, the variables observed in the context of migration are based on the exchange between the place of birth and the usual residence (census time March 21, 2011). The 2011 Census, conducted by Statistics Portugal in cooperation with local authorities (municipalities and parish councils), was the only source of statistical information.

In general, with regard to studies on migration, we compared the population residence sites between two dates, usually with an annual or multiannual gap (example: five years). However, migration can also be observed over time. In this case, the analysis focused on the person whose place of birth is different from its usual residence i.e. a complete migrant according to the United Nations definition.

Based on the individual questionnaire, the Census 2011 collected disaggregated information on individuals in the variables place of birth and place of usual residence, according to the Nomenclature of Territorial Units for Statistics (NUTS), at level II (region), level III (sub -region) and at the municipality level, making it possible to cross data by place of birth and by place of usual residence for the different territorial units.

The geographic diversity of the territorial units, regarding population attractiveness, is gauged according to the non-natural population of the municipality of residence (territorial unit which attracts population). The same method was used to measure the population repulsiveness (territorial unit that lose natural population in favor of others territorial units), which is the population living outside of the birth-municipality.

Keywords: usual residence, place of birth, migration, demographic attractiveness, demographic repulsiveness

Introdução

Antecedentes metodológicos

O presente artigo pretende dar a conhecer a informação estatística, disponibilizada pelos Censos 2011¹, com referência ao momento censitário² (em 21 de Março de 2011 (zero horas), sobre a população residente em função da sua naturalidade na altura. No que diz respeito à análise regional destas referidas variáveis demográficas, foi utilizada a Nomenclatura de Unidades Territoriais para Fins Estatísticos (NUTS)³. Esta nomenclatura, em conformidade com a sua estrutura hierárquica, divide o território nacional em NUTS I (3 unidades), correspondentes ao território do continente e de cada uma das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira; NUTS II (7 unidades), por sua vez subdivididas em NUTS III (30 unidades) e respetivamente por municípios (308).

A metodologia sobre o binómio naturalidade e residência habitual, no contexto da mobilidade geográfica, aplicou-se de maneira uniforme para todos os espaços/NUTS do território nacional (regiões, sub-regiões e municípios), não obstante as disparidades existentes, quanto à dimensão populacional, entre áreas urbanas e rurais, no Continente ou nas Regiões Autónomas.

Sobre a migração⁴ interna (no interior do país), em termos de origem e destino da população migrante, considerou-se o local de nascimento e o local de residência habitual⁵ à data do momento censitário. A unidade territorial da análise de dados encontra-se desagregada ao nível de município (unidade comum geral à organização territorial NUTS e à divisão administrativa do país). Na questão da naturalidade da população residente, incluíram-se os nascidos no estrangeiro, embora não discriminados por país de nascimento.

A ótica de população migrante encontra-se relacionada com as ocorrências migratórias ao longo da vida desde o nascimento, sem alusão às perguntas sobre a residência anterior (31 de Dezembro de 2005 e de 2009, respetivamente), incluídas no questionário individual dos Censos 2011. Assim, excluem-se todos os movimentos migratórios de saída de naturais residentes que, entretanto, retornaram às suas áreas de origem (município de natalidade), ou que morreram antes da data do último recenseamento⁶ da população.

Migrações internas

Fontes de dados

Os recenseamentos da população ainda são a principal fonte de informação estatística sobre a população residente, a sua distribuição territorial e seus movimentos migratórios, com particular ênfase sobre as migrações internas. Há cada vez mais países na União Europeia (ex. Espanha), noutros países da Europa (como a Islândia e a Noruega) e noutros continentes (ex. Japão) a utilizar os registos da população como fonte de informação demográfica, nomeadamente sobre a migração no âmbito do território nacional. As variáveis demográficas como local de nascimento, local da residência atual, local de residência numa data específica, entre outras, são quesitos objeto de notação nos censos populacionais. Em cada vez mais países as práticas de notação permanente sobre a residência, incluindo as mudanças observadas, são atualizadas em ficheiros administrativos centralizados ou descentralizados, de acordo com legislação dos respetivos países. Vários países, com destaque para os do norte da Europa (Finlândia, Suécia, Noruega, Dinamarca e Islândia) já prescindiram da realização dos censos (decenal) pelo método tradicional, através de entrevista direta junto das populações. Presentemente, em vários países da Europa e resto do mundo, as estatísticas sobre as migrações internas são obtidas a partir dos registos da população, que apresentam uma periodicidade mais regular (anual ou infra-anual).

1 XV Recenseamento Geral da População; V Recenseamento Geral da Habitação.

2 Corresponde ao dia e hora em relação aos quais se recolhem a maioria dos dados.

3 Decreto-Lei n.º 244/2002, de 5 de Novembro. Regulamento (CE) N.º 1059/2003 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de Maio de 2003, relativo à instituição de uma Nomenclatura Comum das Unidades Territoriais Estatísticas (NUTS)

4 Deslocação de uma pessoa através de um determinado limite espacial, com intenção de mudar de residência de forma temporária ou permanente. A migração subdivide-se em migração internacional (migração entre países) e migração interna (migração no interior de um país).

5 Local onde o indivíduo reside com a respetiva família ou detém a totalidade ou a maior parte dos seus haveres, independentemente de no momento censitário estar presente ou ausente.

6 Operação estatística em que todos os elementos de uma população são observados.

População migrante

Do local de naturalidade ao local de residência atual

A área estatística da demografia dispõe de um repositório considerável de informação anual ou infra-anual sobre as estatísticas vitais, como a natalidade e mortalidade, baseadas no sistema do registo civil. Sobre os fluxos migratórios internos e externos, não se observa a mesma abrangência na cobertura estatística deste deslocamento populacional e a mesma consistência com que ocorre na notação estatística dos nascimentos, casamentos, divórcios e óbitos.

Os Censos de 2011, na componente da caracterização da população residente, disponibilizam dados sobre os movimentos migratórios de entrada no país, local de nascimento ou da residência anterior no estrangeiro, e sobre os movimentos migratórios internos, com as respetivas origens e destinos no âmbito do território nacional. Estes dados sobre fluxos migratórios têm por base o local de nascimento e o local da residência anterior à data de 31 de Dezembro de 2005 e de 2009 respetivamente, ou seja um ano e cinco anos, aproximadamente, antes da data censitária.

A Divisão de População das Nações Unidas designa como migrante absoluto a pessoa cujo local de nascimento (usualmente definido como o local de residência habitual da mãe no momento do parto) é uma unidade administrativa diferente da sua residência atual.

Nos países que dispõem de registos administrativos da população e procedem ao seu aproveitamento para fins estatísticos, os dados sobre naturalidade e mudança de residência, entre outros, podem ser disponibilizados com uma periodicidade anual ou, inclusivamente, com um menor intervalo de tempo de disponibilização. Ao passo que os dados censitários sobre os da população por naturalidade e sobre os movimentos migratórios da entrada têm, na generalidade, uma periodicidade decenal.

Naturalidade e residência habitual

Mobilidade geográfica ao longo da vida

No Recenseamento Geral da População de 2011 foi obtida a informação sobre a naturalidade⁷ dos residentes em Portugal. Tendo em conta a cobertura exaustiva da população residente, a informação censitária encontra-se disponível nos vários níveis da estrutura organizacional das unidades territoriais. Nos períodos intercensitários (decenais), em termos de mobilidade interna da população, não existe esta informação estatística com o mesmo detalhe territorial e com a mesma fiabilidade dos resultados produzidos. Deste modo, foi possível avaliar os níveis de mobilidade, relativamente às diversas unidades territoriais, comparando o local de nascimento com o local de residência habitual no momento censitário.

A avaliação dos nascidos fora da área de residência, no que concerne à composição da população residente, encontra-se disponibilizada, tanto ao nível nacional como regional. Este último, nos vários níveis da estrutura que integram as regiões (NUTS II), sub-regiões (NUTS III) e respetivos municípios, constitui um indicador relevante da capacidade de atração ou de repulsão demográfica das áreas em causa.

Esta análise dos resultados fornece uma visão geral sobre o movimento migratório do local de nascimento para o local de residência atual. No entanto, em relação à migração intramunicipal, os fluxos de origem e destino internos não foram objeto de análise deste estudo, ou seja, os movimentos migratórios, dentro do mesmo município (local de natalidade diferente do da residência) encontram-se excluídos. Em Portugal, à data dos Censos 2011, residiam 10 562 178 pessoas. Ao nível global do país, 8 426 545 (79,8%) dos habitantes residiam na mesma região (nível NUTS II) de naturalidade, contra 2 135 633 (20,2%) que residiam fora.

No entanto, a observação dos respetivos valores extremos (mínimo e máximo), ao nível de município (município é a definição legal) as disparidades são muito mais expressivas. No momento de referência dos Censos 2011, dos 19 185 naturais do concelho de Mértola (Alentejo) residentes em Portugal, apenas 6 061 (31,6%) habitavam no seu concelho de origem, contra 13 124 (68,4%) que residiam fora. No extremo oposto, no concelho da Vila da Praia da Vitória (Região Autónoma dos Açores – R.A. Açores), com 18 385 de naturais, 16 025 (87,2%) residiam no seu município de naturalidade e apenas 2 360 (12,8%) residiam fora do território municipal desta Vila.

⁷ Considera-se naturalidade o local do nascimento ou o local da residência habitual da mãe à data do nascimento do indivíduo. Para determinados fins estatísticos deve-se considerar preferencialmente o local da residência habitual da mãe à data do nascimento.

População residente por origem geográfica

Nascida na mesma ou noutra região de residência

A observação das regiões (NUTS II), sub-regiões (NUTS III) ou municípios, relativamente ao seu número de habitantes e respetiva origem, revela que os dados estatísticos sobre não naturais constituem um indicador pertinente sobre a capacidade de atração demográfica dessas unidades territoriais. Designam-se como regiões de atração populacional as que atraem as populações de outras regiões. Inversamente, as regiões de repulsão populacional são as de perda de população por diversos fatores, nomeadamente a carência de mercado de trabalho ou a falta de desenvolvimento, retração das atividades económicas nas regiões de origem ou por motivos de que dificultem a fixação da população.

Quadro 1

População residente segundo a naturalidade, NUTS II, 2011													
Residência			Naturalidade										Estrangeiro
			Portugal										
NUTS II	Unidade	TOTAL de residentes	Região de residência atual	TOTAL	NUTS II								
					Outras								
					Total	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve	R.A. Açores	R.A. Madeira	
PORTUGAL	Nº	10 562 178	8 426 545	2 135 633	1 263 820	282 901	425 690	178 971	286 950	49 263	17 648	22 397	871 813
	%	100	79,8	20,2	12,0	2,7	4,0	1,7	2,7	0,5	0,2	0,2	8,3
Norte	Nº	3 689 682	3 405 862	283 820	108 985	61 992	30 482	7 478	3 105	2 796	3 132	174 835	
	%	34,9	92,3	7,7	3,0	1,7	0,8	0,2	0,1	0,1	0,1	4,7	
Centro	Nº	2 327 755	1 964 316	363 439	204 186	80 728	78 270	34 799	4 268	2 711	3 410	159 253	
	%	22,0	84,4	15,6	8,8	3,5	3,4	1,5	0,2	0,1	0,1	6,8	
Lisboa	Nº	2 821 876	1 679 401	1 142 475	750 164	170 543	312 353	209 867	36 007	8 965	12 429	392 311	
	%	26,7	59,5	40,5	26,6	6,0	11,1	7,4	1,3	0,3	0,4	13,9	
Alentejo	Nº	757 302	626 018	131 284	90 181	11 160	30 626	41 098	5 238	1 015	1 044	41 103	
	%	7,2	82,7	17,3	11,9	1,5	4,0	5,4	0,7	0,1	0,1	5,4	
Algarve	Nº	451 006	286 198	164 808	87 927	13 604	15 618	23 364	33 242	830	1 269	76 881	
	%	4,3	63,5	36,5	19,5	3,0	3,5	5,2	7,4	0,2	0,3	17,0	
R.A. Açores	Nº	246 772	226 513	20 259	12 027	3 574	2 835	3 186	927	392	1 113	8 232	
	%	2,3	91,8	8,2	4,9	1,4	1,1	1,3	0,4	0,2	0,5	3,3	
R.A. Madeira	Nº	267 785	238 237	29 548	10 350	3 292	2 266	2 571	637	253	1 331	19 198	
	%	2,5	89,0	11,0	3,9	1,2	0,8	1,0	0,2	0,1	0,5	7,2	

Fonte: INE, I.P. Censos 2011 (cálculos dos autores)

De acordo com os resultados do Recenseamento da População de 2011, as regiões com maior atração de naturais de outras regiões do país, bem como do estrangeiro, foram Lisboa e o Algarve, respetivamente, 40,5% e 36,5% de residentes com naturalidade fora destas regiões. Simultaneamente, tendo em conta a média nacional, estas regiões são as que apresentam os maiores contributos de população não natural. Em termos proporcionais ao total de residentes, o Algarve apresenta a maior quotaparte dos nascidos no estrangeiro (17,0%), enquanto Lisboa se situa na segunda posição (13,9%).

As regiões com menor atratividade de naturais de outras regiões ou do estrangeiro, segundo o local de nascimento, são o Norte (7,7%) e a R.A. Açores (8,2%). Em posições intermédias situam-se o Alentejo (17,3%), o Centro (15,6%) e a Região Autónoma da Madeira (R.A. Madeira) com 11,0%, no contexto de residentes não naturais.

Na subdivisão das regiões NUTS II em NUTS III, constituída por 30 sub-regiões, as diferenças entre naturais e não naturais são ainda mais contrastantes. No nível III das NUTS, os limites mínimos da população com naturalidade diferente da residência, ocorrem nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, respetivamente 8,2% e 11,0%. (NUTS II e III, com igual formato). A descontinuidade geográfica das regiões autónomas constitui um fator de isolamento em relação à mobilidade espacial da residência. Em especial nos Açores, onde se coloca a questão da dupla insularidade, tanto na condição de arquipélago, como na sua dispersão em nove ilhas⁸. Os movimentos migratórios dos açorianos foram, ao longo do século XX, de cariz internacional e na sua grande maioria com destino aos Estados Unidos da América e ao Canadá.

8 Corvo; Faial; Flores; Graciosa; Pico; Santa Maria; São Jorge; São Miguel e Terceira.

A questão entre o Litoral e o Interior resume-se, em parte, pela existência de fenómenos/processos de atração populacional para regiões, cuja as condições de vida ou a perspectiva dessas mesmas condições, se afigura como a principal causa que leva cada vez mais à fixação, e consequente residência, da população natural de outras regiões do país (fluxos internos) ou do estrangeiro (fluxos externos ou de entrada). Assim sendo, importa analisar quais as condições em que ocorrem os fluxos migratórios entre naturalidade e última residência do Interior para Litoral e a sobreposição deste em relação ao Interior.

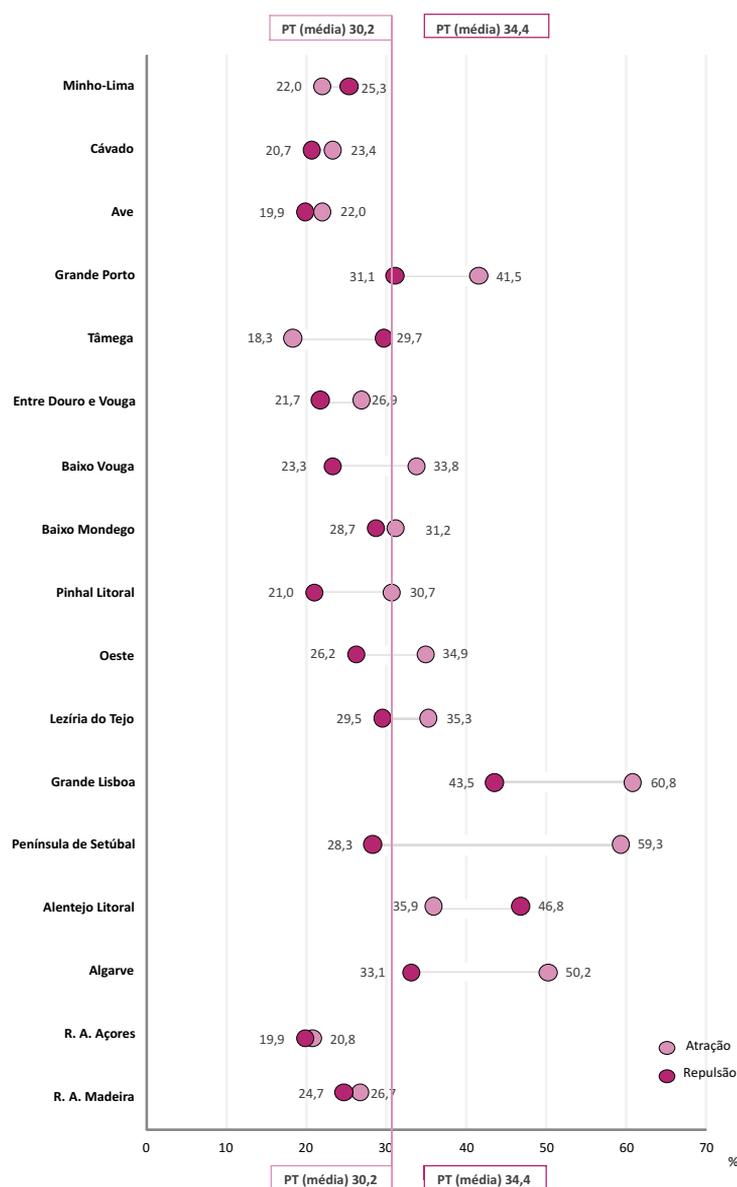
Num primeiro momento importa referir que o **Litoral** é composto, de acordo com os critérios definidos pelo Eurostat, por 17 sub-regiões NUTS III (Minho-Lima, Cávado, Ave, Grande Porto, Tâmega, Entre Douro e Vouga, Baixo Vouga, Baixo Mondego, Pinhal Litoral, Oeste, Grande Lisboa, Península de Setúbal, Alentejo Litoral, Lezíria do Tejo, Algarve, Região Autónoma dos Açores e Região Autónoma da Madeira) sendo as regiões (NUTS II) Norte e Centro as mais representativas, as 6 primeiras e as 4 seguintes, respetivamente.

O Litoral abrange uma superfície de 37 535 km² correspondentes a 40,7% do território e com uma população residente de 8 758 846 (82,9% do total de residentes em Portugal). No entanto, o Interior composto por 13 regiões (Douro, Alto Trás os Montes, Dão-Lafões, Pinhal Interior Norte, Pinhal Interior Sul, Serra da Estrela, Beira Interior Norte, Beira Interior Sul, Cova da Beira, Médio Tejo, Alto Alentejo, Alentejo Central e Baixo Alentejo) representa 59,3% da superfície (54 672 km²) e cuja população residente era de 1 803 332, o que representava 17,1% da totalidade dos residentes em Portugal.

Não obstante dos resultados obtidos, ao analisar os que residem na mesma região de naturalidade e os que residem numa outra região/município diferente da região de naturalidade, verifica-se que o Litoral fixa mais população natural da sua região/município do que o Interior, e que, de acordo com o Retrato Territorial de Portugal 2011, é uma consequência do processo de despovoamento que se tem verificado nas últimas décadas. As regiões do Litoral apresentam taxas de população residente no mesmo município da sub-região de naturalidade acima dos 70% o que significa que, a taxa de repulsão fica abaixo dos 30% à exceção das regiões Grande Porto (31,1%), Grande Lisboa (43,5%), Alentejo Litoral (46,8%) e Algarve (33,1%). É de realçar que as regiões Ave e Açores (ambas 80,1%), Cávado (79,3%) e Pinhal Litoral (79,0%) são consideradas regiões com elevados níveis de fixação de população natural, assim como, regiões com baixos níveis de repulsão (Ave e Açores: 19,9% cada; Cávado: 20,7%; Pinhal Litoral: 21,0%).

Figura 2

Taxa de atração e de repulsão no Litoral, NUTS III



Fonte: INE, I.P. Censos 2011 (cálculos dos autores)

Ao observar o Litoral na perspetiva de atração-repulsão por município da sua região verifica-se que, os níveis de atração populacional são superiores à repulsão populacional em quase todas as regiões do Litoral, à exceção das regiões do Minho-Lima (repulsão: 25,3; atração: 22,0), Tâmega (repulsão 29,7; atração 18,3) e Alentejo Litoral que representa a taxa mais elevada de repulsão do Litoral (46,8% versus 35,9% de atração). O valor apresentado por esta última região, a par da região da Grande Lisboa, fica acima do valor de repulsão registado a nível nacional (34,4%). Do ponto de vista da atração, apenas as regiões Minho-Lima (22,0%), Cávado (23,4%), Ave (22,0%), Tâmega (18,3%), entre Douro e Vouga (26,9%) e regiões autónomas dos Açores (19,9%) e Madeira (24,7%) registam valores abaixo da média nacional (30,2%).

No que diz respeito ao **Interior**, constituído maioritariamente por sub-regiões da região Centro (Dão-Lafões, Pinhal Interior Norte, Pinhal Interior Sul, Serra da Estrela, Beira Interior Norte, Beira Interior Sul, Cova da Beira e Médio Tejo) verifica-se que os níveis de fixação da população são mais baixos do que os apresentados no Litoral, e são apenas 4 as sub-regiões que ultrapassam os 60% (Dão-Lafões: 66,1%; Cova da Beira: 64,5%; Médio Tejo: 63,6%; Serra da Estrela: 61,4%). Por oposição, nas regiões cuja população reside numa região diferente da região de naturalidade, verifica-se que mais de metade da população natural do Baixo-Alentejo e Pinhal Interior Sul reside fora da sua região de que é natural, 52,8% e 51,5% respetivamente, confirmando-se assim as taxas de repulsão mais elevadas registadas no Interior.

Figura 3



Ao analisarmos a Figura 3 verifica-se que, o Interior é mais repulsivo do que atrativo em todas as regiões que o compõe. No entanto, a região de Dão-Lafões é a única que se situa abaixo da média nacional de repulsão, assim como, é a região que regista o valor mais baixo de repulsão (33,9%), enquanto a região do Baixo Alentejo regista o valor mais elevado de repulsão (52,8%). Relativamente à atratividade do Interior, o Médio Tejo é a única região que se situa acima da média nacional de atratividade, assim como, apresenta o valor mais elevado (33,7%) de atratividade do conjunto das regiões do Interior. O valor mais baixo de atratividade do Interior é registado na região Pinhal Interior Sul (19,7%).

Fluxos de população entre naturalidade e residência (comparação de intercâmbios regionais)

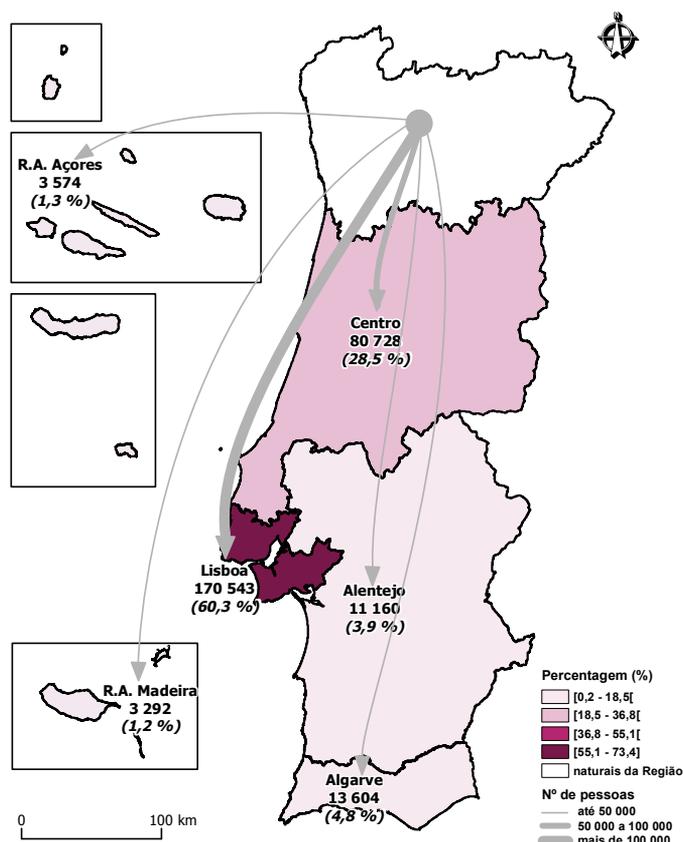
Os cartogramas que, seguidamente, se apresenta permitem visualizar as mudanças de residência, tendo em conta o local de naturalidade e o local de residência, à data de 21 de Março de 2011. Através dos fluxos origem/destino das sete regiões (NUTS II) e do estrangeiro, observa-se os contributos populacionais dos originários de outras regiões nacionais e do estrangeiro.

Dos 10 562 178 residentes em Portugal, recenseados em 2011, 8 426 545 são naturais da própria região onde residem (79,8%). O número de pessoas que residem fora da região ou do país de naturalidade 2 135 633 (20,2%). Este cômputo apenas se refere às mudanças de residência inter-regionais, excluindo assim as mudanças ocorridas dentro da mesma região (intra-regionais). Um natural da cidade de Bragança que no momento censitário residisse na cidade do Porto não se encontra incluído neste contexto de mudança pois ambas pertencem à mesma região.

Nas figuras que seguidamente se visualizam por classes de frequência constituem os vários níveis de contributos entre as áreas de origem interna/NUTS II (movimentos migratórios inter-regionais) e externa/Estrangeiro (movimentos migratórios internacionais de entrada).

Figura 4.

Fluxos de população entre naturalidade e residência - Norte (região NUTS II origem/destino)

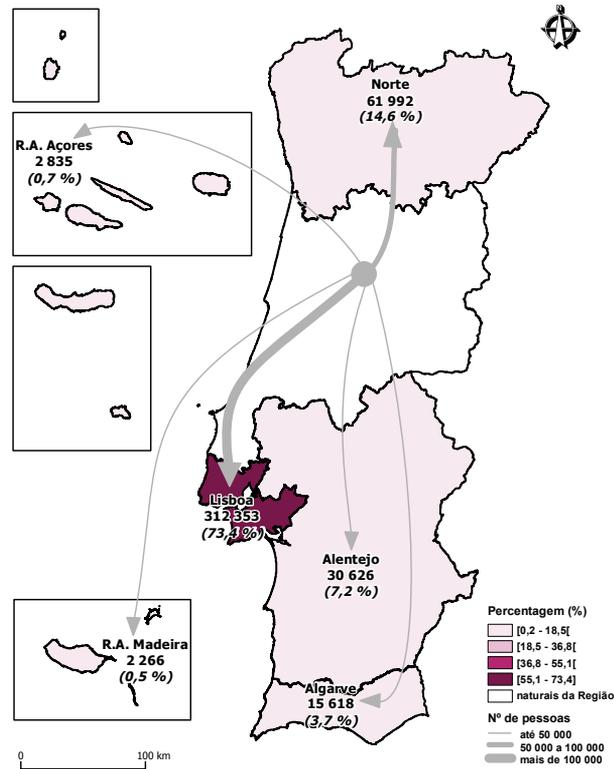


A proporção dos originários da região Norte, residentes nas restantes regiões do país, é de 7,7%, aliás a penúltima no ranking proporcional dos residentes fora da região de naturalidade (dos 3 688 763 naturais do Norte, 282 901 residiam fora desta região).

A região de residência favorita para os naturais nortenhos foi a região de Lisboa com 170 543 (60,3%), Em segundo lugar situa-se a região Centro, com 80 728 (28,5%) provenientes do Norte. A contiguidade geográfica regional tem um papel importante neste tipo de fluxos. Todas as restantes regiões de destino têm um papel pouco expressivo, que varia dos 4,8% no Algarve para 1,2% na Madeira.

Figura 5.

Fluxos de população entre naturalidade e residência - Centro (região NUTS II origem/destino)

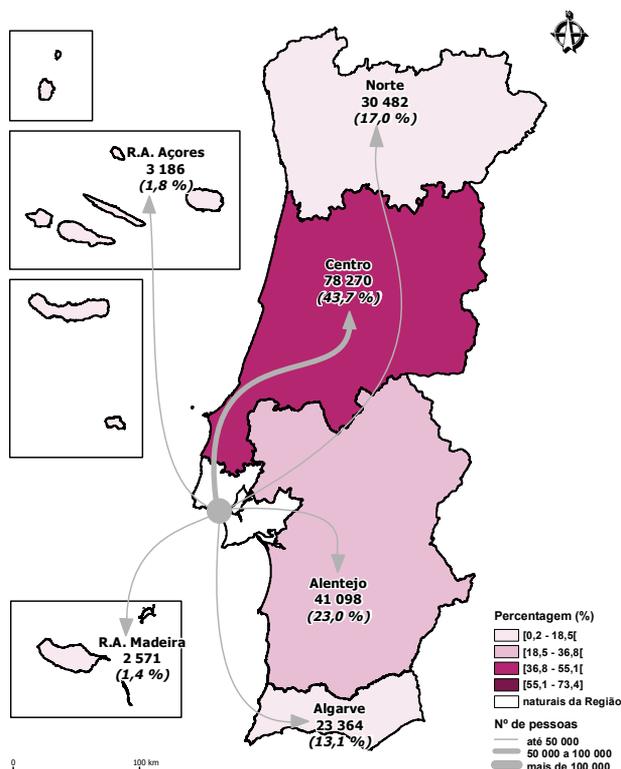


Na observação dos habitantes não residentes na região de naturalidade, na ótica das frequências absolutas, a região Centro ocupa o primeiro lugar com 425 690 pessoas residindo fora da sua região (17,8%) relativamente aos 2 390 006 dos seus naturais.

Assim, no âmbito do território nacional, pertence à região Centro o maior contributo populacional, em volume, para o conjunto das restantes regiões: 425 690 dos seus naturais não residentes, na sua maioria fixaram-se na região de Lisboa: 312 353 (73,4%) e a seguir, embora com um valor muito mais diminuto, aparece a região Norte com 61 992 (14,6%) naturais do Centro/NUTS II.

Figura 6.

Fluxos de população entre naturalidade e residência - Lisboa (região NUTS II origem/destino)

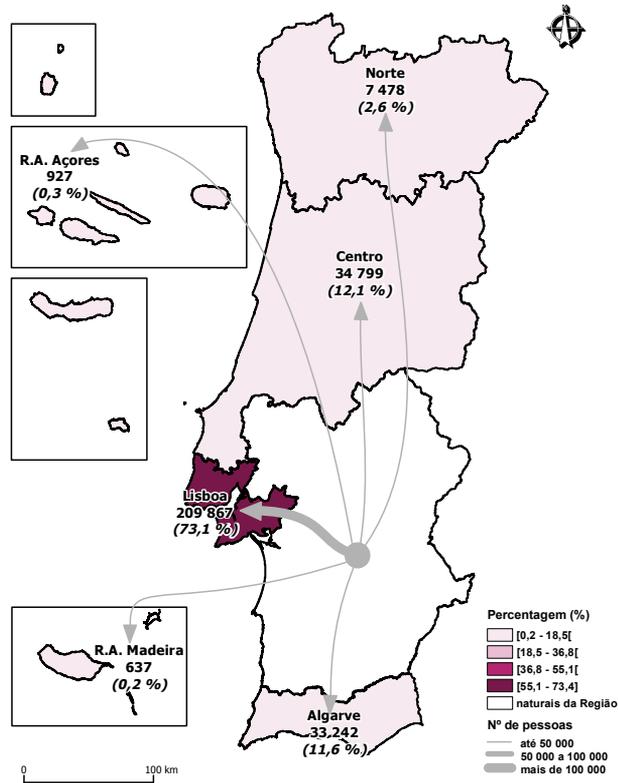


Lisboa é a região de maior atratividade para os naturais das restantes seis regiões do país (750 164 habitantes), inclusivamente, para os seus habitantes nascidos no estrangeiro (392 311 habitantes). Segundo os Censos 2011, dos 2 821 876 residentes na região de Lisboa, 1 142 475 (40,5%) nasceram fora da sua área territorial.

Apesar da região de Lisboa ser a de maior atração populacional, no que se refere ao movimento emigratório, os seus naturais também deram o seu contributo para o aumento da população residente de outras regiões 178 971 indivíduos. A distribuição por região de destino é a seguinte: 78 270 (43,7%) na região Centro, 41 098 (23,0%) no Alentejo, 30 482 (17,0%) na região Norte, no Algarve 23 364 (13,1%) e nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira 3 186 (1,8%) e 2 571 (1,4%), respetivamente.

Figura 7.

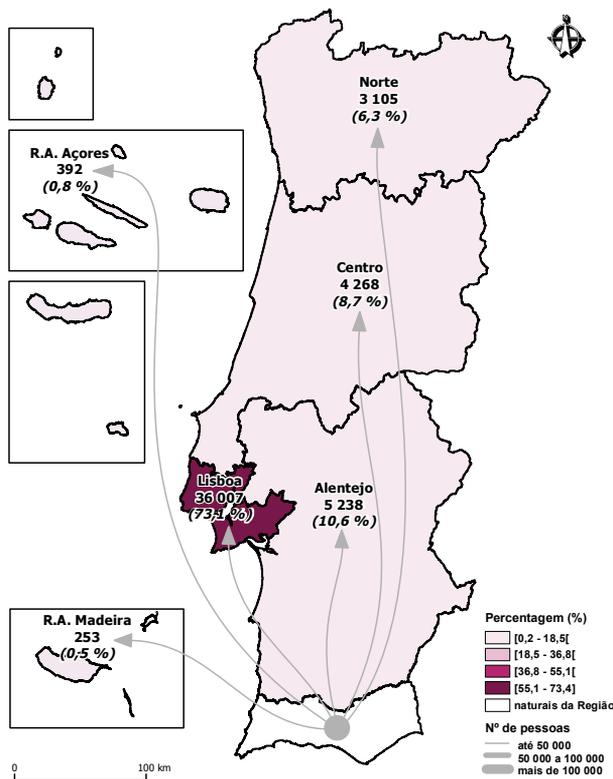
Fluxos de população entre naturalidade e residência - Centro (região NUTS II origem/destino)



Em termos de repulsão populacional, naturais não residentes, na ótica das frequências relativas, compete à região do Alentejo a primeira posição, aproximadamente um terço dos naturais do Alentejo reside fora da sua região de naturalidade: 286 950 (31,4%) em 912 968 de alentejanos por nascimento, segundo os Censos 2011. Na região de Lisboa residiam 209 867 (73,1%) dos naturais do Alentejo, pelo que esta região é manifestamente a de maior atratividade. Em segundo e terceiro lugares situam-se a região Centro e o Algarve onde residiam 34 799 (12,1%) e 33 242 (11,6%) naturais do Alentejo, respetivamente.

Figura 8.

Fluxos de população entre naturalidade e residência - Algarve (região NUTS II origem/destino)

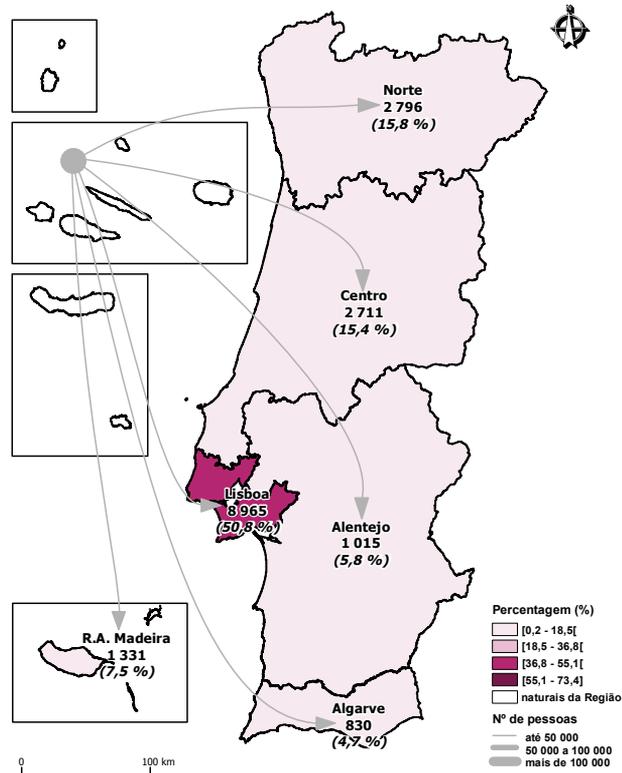


O Algarve, em termos de proporcionais, é a terceira região do país com mais naturais a residirem noutras regiões (NUTS II) do país. Segundo os resultados divulgados pelos Censos 2011, o valor indicava 49 263 (14,7%) de naturais não residentes no Algarve.

A maior parte residia na região de Lisboa: 36 007 (73,1%). Logo a seguir, mas em número muito inferior, aparece o Alentejo, com 5 238 (10,6%) com local de nascimento do Algarve, onde também se coloca em evidência o fator contiguidade entre estas duas regiões. Os originários da região Centro e Norte representam 8,7% e 6,3%, respetivamente.

Figura 9.

Fluxos de população entre naturalidade e residência – Região Autónoma dos Açores (região NUTS II origem/destino)

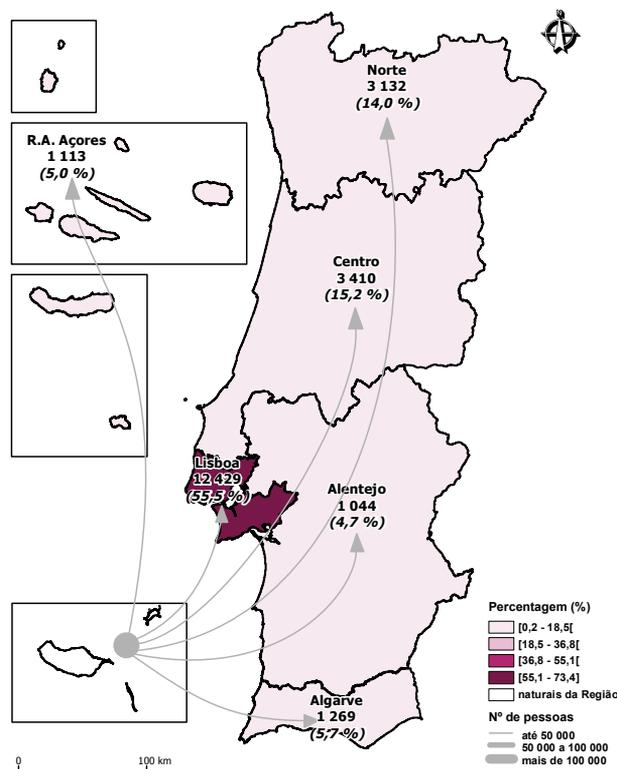


O último lugar do ranking da população residente fora da região de naturalidade é ocupado pela Região Autónoma dos Açores, dos 244 161 naturais dos Açores, apenas 17 648 (7,2%) residem nas restantes regiões de Portugal. O fator insularidade, com o afastamento em relação ao território do continente e à Região Autónoma da Madeira, faz com que as migrações internas dos Açores para as regiões continentais e para a Madeira sejam pouco frequentes.

A maioria dos fluxos emigratórios dos açorianos são em direção ao estrangeiro e têm como destino os Estados Unidos da América e o Canadá. À semelhança das restantes regiões do país, a região de Lisboa é o principal destino residencial dos naturais dos Açores 8 965 (50,8%), com um quantitativo mais limitado colocam-se as seguintes regiões: Norte 2 796 (15,8%) e Centro 2 711 (15,4%).

Figura 10.

Fluxos de população entre naturalidade e residência – Região Autónoma da Madeira (região NUTS II origem/destino)

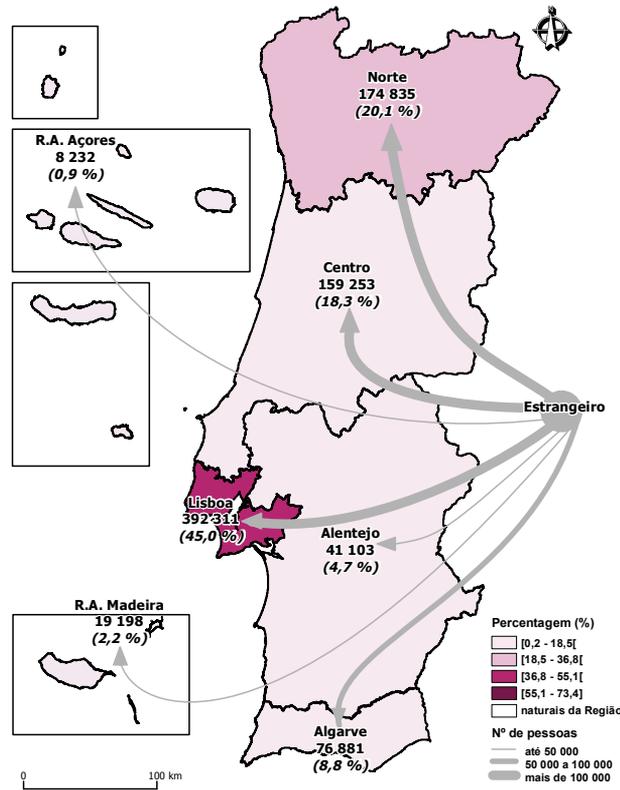


No seguimento da ordenação por regiões NUTS II (Decreto-Lei 244/2002), conclui-se a análise dos fluxos inter-regionais, do local de naturalidade para o local da última residência, com a apresentação dos dados estatísticos com fonte nos Censos 2011, sobre a Região Autónoma da Madeira.

De acordo com a citada fonte, os naturais desta região residentes no resto do país cifrava-se em 22 397 pessoas (8,6% do total de naturais). Destes, a maior parte reside em Lisboa 12 429 (55,5%). No segundo e terceiro lugar situam-se a regiões Centro e Norte, respetivamente com 3 410 (15,2%) e 3 132 (14,0%) de madeirenses por nascimento. As regiões de menor atratividade para os madeirenses são as seguintes: Algarve (5,7%), Açores (5,0%) e Alentejo (4,7%).

Figura 11.

Fluxos de população entre naturalidade e residência – Estrangeiro (origem fora do país/ no destino por NUTS II)



A população nascida no “Estrangeiro”, residente em Portugal, correspondia a 871 813 habitantes. Este resultado supera bastante os valores verificados nas mudanças inter-regionais, individualmente, entre a natalidade/origem e de residência atual/destino. Os naturais do estrangeiro são em número superior ao somatório dos residentes no Algarve, Açores e Madeira.

Uma vez mais cabe a Lisboa ser a principal região na atração de residência dos nascidos no estrangeiro, com 392 311 pessoas: 45,0% dos residentes com naturalidade no estrangeiro. Na segunda posição encontra-se a região Norte com 174 835 (20,1%). Sucessivamente, em termos de ordem de grandeza, encontra-se o Centro 159 253 (18,3%), o Algarve 76 881 (8,8%), o Alentejo 41 103 (4,7%), a Madeira 19 198 (2,2%) e por último os Açores 8 232 (0,9%).

Análise regional ao nível de município

Desequilíbrios entre locais de origem e de destino

Os dados estatísticos disponibilizados pelos Censos 2011 sobre naturalidade e residência habitual apresentam significativas diferenças regionais (NUTS II), tal como foi mencionado anteriormente. No quadro territorial mais detalhado de sub-região (NUTS III), essa diversidade passa a ser mais expressiva, conforme os indicadores revelados anteriormente (Figura 11).

Após a exposição dos indicadores relacionados com o local de naturalidade e de residência para cada uma das unidades territoriais (NUTS II e III), cabe pormenorizar geograficamente estas mesmas variáveis por município. As 30 sub-regiões NUTS III (versão 2002) correspondem ao agrupamento de municípios, identificados por quatro dígitos: dois dígitos para o distrito e dois dígitos para o município dentro de cada distrito.

A abordagem da naturalidade dos residentes ao nível municipal mostra uma maior diversidade da dimensão da atratividade da população natural originária de outros municípios. No plano nacional, em Portugal, 6 497 911 habitantes (61,5%) residiam no mesmo município de naturalidade. Ao passo que, os residentes naturais de outro município ou do estrangeiro totalizavam 4 064 267 (38,5%).

Na observação dos resultados do Recenseamento da População de 2011 sobre a estrutura da população residente por naturalidade realizou-se um agrupamento por classes dos indicadores quanto ao peso da atratividade dos municípios. Consideram-se municípios com atração populacional, os que atraem população de outros municípios ou do estrangeiro. A capacidade de atração expressa-se na proporção da população não natural do município (ou de outra unidade territorial) no total da respetiva população residente.

Os resultados obtidos foram distribuídos por cinco classes com intervalos idênticos, de acordo com a amplitude do valor máximo e do mínimo. Esta amplitude tem a ver com a componente populacional relativa aos residentes nascidos fora da área o município e o respetivo grau de atratividade, em função da menor à maior quota-parte no total de residentes.

Atratividade populacional (município)	Classes (%)	Frequências	
		Absolutas	Relativas
Muito baixa	[9,8 - 21,9[100	32,5
Baixa	[21,9 - 34,1[132	42,9
Média	[34,1 - 46,2[37	12,0
Alta	[46,2 - 58,4[26	8,4
Muito alta	[58,4 - 70,6]	13	4,2
	Total	308	100,0

A apresentação dos municípios por classes de frequência⁹ mostra que dos 308 municípios do país, a grande maioria, 232 (75,4%) tem uma atratividade populacional “*Muito baixa*” e “*Baixa*”. Os municípios com uma população residente nascida no exterior, classificada como “*Muito alta*”, são somente 13 (4,2%), dos quais apenas 2 municípios não pertencem à região Lisboa: Entroncamento (região Centro) e Albufeira (Algarve).

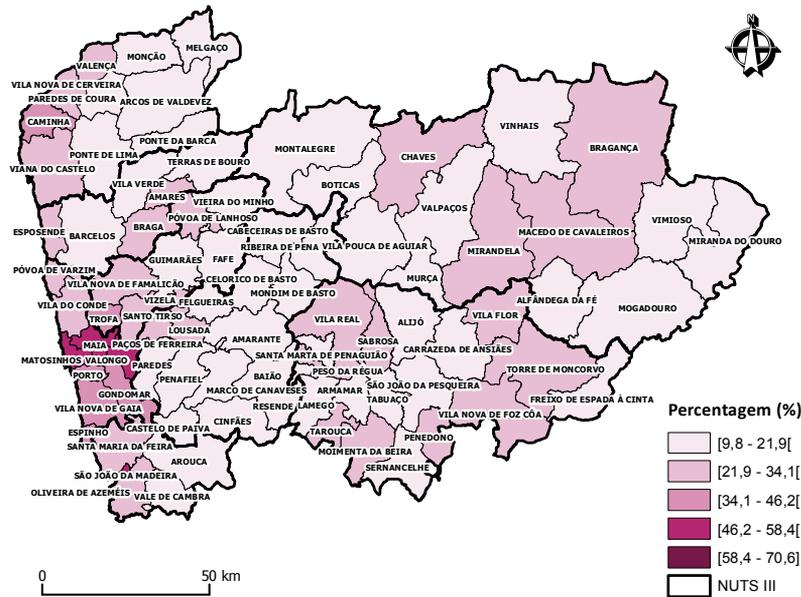
No contexto do território nacional, quanto à observação dos valores máximo e mínimo da taxa de atração populacional, o município do Seixal (região Lisboa) foi o que apresentou, proporcionalmente, a maior atratividade: 70,6% residentes não naturais, diametralmente, a menor ocorreu no município de Cinfães (região Norte) apenas com 9,8%.

Seguidamente apresenta-se por região (NUTS II) a análise dos fenómenos demográficos relativos aos locais de natalidade e residência atual (data dos Censos 2011) no contexto da atratividade e repulsividade populacional. Considera-se como migrante absoluto (emigrante ou imigrante) a pessoa cujo local de nascimento é uma unidade administrativa diferente da sua residência atual.

⁹ Taxa de atração populacional.

Figura 12.

Proporção de não naturais do município na população residente - Norte



Em termos regionais (NUTS II) no âmbito do território do continente, o Norte possui a mais baixa capacidade atrativa populacional. À data dos Censos 2011, dos seus 3 689 682 habitantes 2 622 158 (71,1%) residiam no município de naturalidade e 1 067 524 (28,9%) indicaram ser natural de outro município ou do estrangeiro.

A região Norte compõe-se por 86 municípios, mas nenhum se encontra incluído na classe definida como “*Muito alta*”, entre os 58,4 e os 70,6% de residentes não naturais. Os quatro municípios com as maiores taxas de atratividade, na classe “*Alta*” [46,2% - 58,4%], são os seguintes: Maia (55,2%), Valongo (49,7%), São João da Madeira (49,6%) e Matosinhos (46,9%). À exceção de São João da Madeira (sub-região de Entre Douro e Vouga), todos os outros pertencem à sub-região do Grande Porto.

A classe designada como “*Média*”, entre 34,1 e 46,2% é composta por 6 municípios, dos quais 4 pertencem ao Grande Porto (NUTS III): Gondomar (40,3%), Espinho (39,2%), Porto (39,0%) e Vila Nova de Gaia (37,7%). Os dois restantes pertencem às sub-regiões Ave e Minho-Lima: Trofa (35,4%) e Caminha (34,7%), respetivamente.

Nas classes “*Baixa*” e “*Muito baixa*” situam-se a grande maioria dos municípios da região Norte, perfazendo um total de 76 municípios, ou seja 88,4% dos municípios da NUTS II/Norte. A classe que se apresenta como “*Baixa*” chega aos 33,7% de atração populacional e possui 29 municípios. No topo da atratividade encontra-se Bragança (34,0%) e na base Paços de Ferreira (22,0%). A classe “*Muito baixa*” é a que apresenta o maior número de municípios da região Norte: 47 (54,7%). No que diz respeito ao valor mínimo da taxa de atração pertence ao município de Cinfães (9,8%), enquanto o valor máximo da classe “*Muito baixa*” verifica-se em Vila Verde com 21,6% de residentes, mas com naturalidade fora deste município da região Norte.

A análise dos movimentos migratórios tem-se desenvolvido com base no local de naturalidade (origem) e o local de residência (destino), tendo em conta os resultados do Recenseamento da população de 2011. A repulsividade populacional parte do princípio da dicotomia entre o território de naturalidade e perda da população natural para fixação de residência noutro município do território nacional.

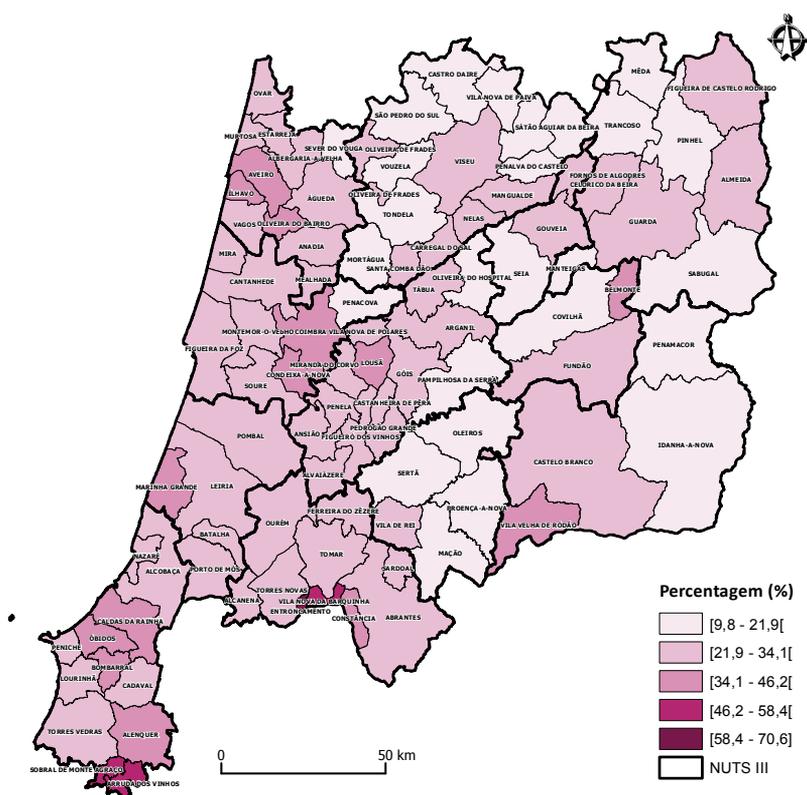
Como antes mencionado, a região Norte apresenta uma taxa de repulsão de 28,9%, inferior à taxa de repulsão nacional, em que 38,5% dos residentes, em Portugal vivem fora do município ou país de natalidade. Dos 86 municípios do Norte, 35 (39,5%) apresentavam uma taxa de repulsão inferior à regional. Os cinco municípios com as menores taxas são os seguintes: Paços de Ferreira (14,8%), Vila Nova de Gaia (15,6%), Santa Maria da Feira (15,9%), Vila Nova de Famalicão (16,6%) e Guimarães (17,7%). No extremo oposto, as maiores taxas de repulsividade verificaram-se em: Vila Nova de Foz Côa (49,9%), Resende (50,6%), Armamar (50,9%), Mesão Frio (52,6%) e Porto (54,2%).

Na região Norte, como se verifica, os naturais do Porto residem maioritariamente fora deste município. No entanto, a avaliação da atração/repulsão da população mostra que o Porto tem, simultaneamente, uma significativa capacidade atrativa, a sétima num ranking da região Norte. Dado que a presente ótica de atratividade se baseia entre os locais de naturalidade (data do nascimento) e residência (data censitária 2011) e argumentar que nas últimas décadas não tenha mantido essa atratividade.

Na observação dos quatro últimos recenseamentos da população o Porto perde população. Nos Censos de 1981 o número de residentes situou-se nos 327 368 de residentes, nos Censos de 1991, o número de residentes situava-se nos 302 472, entretanto nos Censos de 2001 a população residente baixa para 263 131 e relativamente aos últimos Censos (2011) volta novamente a baixar para 237 591 habitantes.

Figura 13.

Proporção de não naturais do município na população residente - Centro



No território continental, a região Centro surge na 2ª posição com a taxa mais baixa de atração de população (30,4%). No momento censitário em 2011, residiam na região Centro 2 327 755 habitantes, sendo que 1 621 063 (69,6%) residiam no município de naturalidade e 706 692 (30,4%) indicaram ser natural de outro município ou do estrangeiro.

Na região Centro, composta por 100 municípios, verifica-se que o Entroncamento é o município, em exclusivo, que se insere na classe “Muito alta” sendo que, o mesmo município apresenta a taxa de atratividade populacional mais elevada da região (70,2%) e a 3ª a nível nacional. Na classe “Alta” estão inseridos os municípios Vila Nova da Barquinha (57,0%) e dois municípios da sub-região Oeste, Arruda dos Vinhos (52,9%) e Sobral de Monte Agraço (50,5%).

A classe designada como “Média” é composta por 15 municípios em que, o município Constância apresenta uma taxa de atratividade de 43,8% (a mais elevada da classe) e Vila Nova de Poiares 34,1% (a mais baixa da classe). É de notar que as regiões Oeste e Baixo Vouga representam 46,6% dos municípios que encontram inseridos na classe “Média”.

As classes “Baixa” e “Muito baixa” representam 81% dos municípios da região Centro. A classe “Baixa” é constituída por 55 municípios (55% do total de municípios da região Centro) e a classe “Muito baixa” é constituída por 26 municípios (26% do total de municípios da região Centro). O município da Lourinhã encontra-se no topo da atratividade da classe “Baixa” com 33,6% e na base o município de Pombal com 22,7%. No que diz respeito ao valor mínimo da taxa de atração, este pertence ao município de Oleiros (14,2%), enquanto o valor máximo da classe “Muito baixa” verifica-se em Trancoso com 21,6% de residentes naturais fora deste município da região Centro.

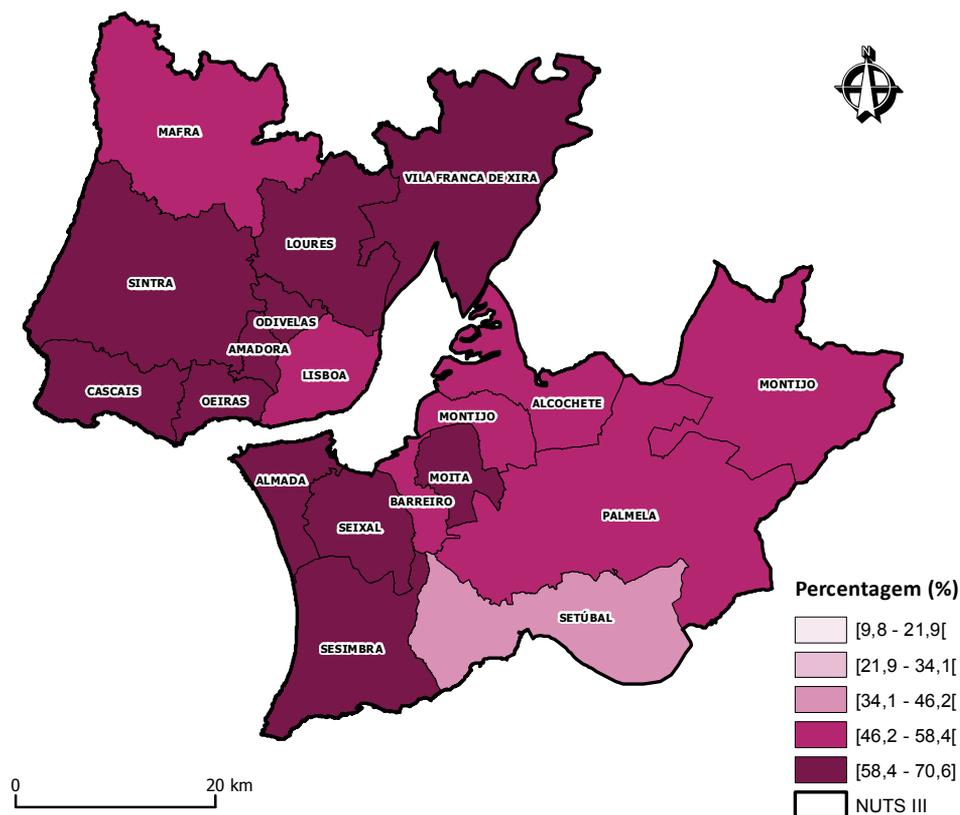
Relativamente à população natural de um município e que à data da realização dos Censos 2011 residia num município fora da sua região/município de naturalidade verifica-se que, 768 943 pessoas residiam fora do seu município de naturalidade, o que significa que a taxa de repulsão atingia os 32,2%.

Ao analisarmos a repulsão dos municípios da região Centro constata-se que os cinco municípios com as taxas de repulsão (residência fora do município de naturalidade) mais elevadas são: Pampilhosa da Serra (66,8%), Idanha-a-Nova (62,1%), Góis (59,8%), Vila de Rei (59,6%) e Penamacor (59,4%). No extremo oposto, as menores taxas de repulsão verificaram-se nos municípios da Marinha Grande (16,9%), Ílhavo (17,4%), Vagos (18,3%), Águeda (19,0%) e Mira (19,3%). No entanto, 59/100 municípios registavam taxas de repulsão acima da taxa regional de repulsão da região Centro (32,2%).

A amplitude entre o valor máximo (Pampilhosa da Serra: 66,8%) e o mínimo (Marinha Grande: 16,9%) de repulsão é de 49,9%. Em termos de volume, o município de Coimbra, embora não apresente uma taxa de repulsão elevada, (34,4% à data dos Censos 2011), 48 952 dos seus naturais residia fora do município de naturalidade. Relativamente à atratividade, Coimbra atrai mais população, do que repele, em volume de residentes naturais do exterior (52 272) do que todos os outros municípios da região Centro.

Figura 14.

Proporção de não naturais do município na população residente - Lisboa



Na análise dos resultados dos Censos 2011 quanto à atratividade populacional dos municípios, no conjunto das sete regiões NUTS II de Portugal, observa-se que a região de Lisboa, em atratividade, situava-se à frente de todas as restantes regiões, com 60,4% de residentes com naturalidade externa, no quadro de localização municipal ou no estrangeiro.

Em termos de desenvolvimento regional do produto interno bruto¹⁰ por habitante, relativo a 2011, a região de Lisboa destacou-se pelo valor máximo do PIB *per capita* regional (23,4 milhares de euros). Comparativamente às restantes regiões (NUTS II), para o mesmo ano de referência, o produto interno bruto por habitante apresentou os seguintes valores (ordem decrescente): Algarve (16,2); R. A. da Madeira (15,3); Alentejo (15,2); R. A. dos Açores (14,7); Centro (14,2); Norte (13,5). O PIB *per capita* nacional situava-se, em 2011, nos 16,7 milhares de euros.

A relevância da atratividade populacional da região de Lisboa, no conjunto dos seus municípios, é significativa e posiciona-se como a mais relevante no ranking classificativo municipal do país. Dos 18 municípios que fazem parte desta região, 11 pertencem à classe “*Muito alta*”, 6 à classe “*Alta*” e um à classe “*Média*” (Setúbal).

Os três primeiros municípios na componente dos residentes não naturais são (frequências relativas): Seixal (70,6%), Amadora (70,4%) e Odivelas (69,7%). Os últimos três lugares nesta diversidade populacional são: Setúbal (46,16%), Lisboa (48,1%) e Mafra (51,8%). A amplitude, entre os valores máximo e mínimo, é de 24,4% a menor de todas as regiões. Quanto à média e mediana situam-se nos 60,5% e 60,9%, respetivamente. Estes indicadores estatísticos demonstram que há bastante homogeneidade no que se refere à atratividade populacional no conjunto da região Lisboa.

Sobre a repulsão populacional, na região de Lisboa observa-se que população natural residente fora dos municípios de naturalidade que a integram avalia-se em 39,9%. Apesar disso, dos 18 municípios, apenas os três seguintes têm uma taxa de repulsão superior: Barreiro (40,7%), Amadora (41,7%) e Lisboa (59,2%).

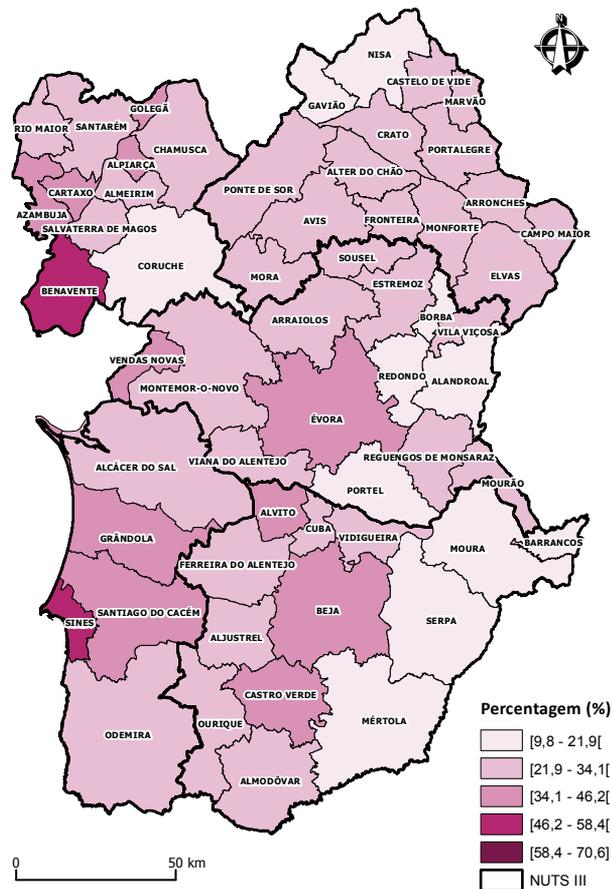
Segundo os Censos de 1981 e de 2011, a população de Lisboa perdeu 32,2% de residentes, ou seja, passou de 807 937 para 547 733 residentes. De acordo com o Índice de Preços Imobiliário, maior em Lisboa, apresenta-se como uma causa relevante da perda de população, o aumento de preços da habitação, aliás, tal como se pode comprovar pelo valor médio da avaliação, no âmbito da concessão de crédito à habitação (2 011€ [euros] por m²), considerado então o mais elevado do país a nível de município.

Os cinco municípios da região de Lisboa que perderam menos população natural, proporcionalmente, são os seguintes: Sesimbra (17,9%), Palmela (20,4%), Seixal (21,4%), Mafra (21,6%) e Sintra (22,2%). A amplitude entre o valor máximo e o mínimo é de 41,3%. Relativamente a Lisboa com a maior taxa de repulsão, como já foi mencionado, em volume é o município com maior atratividade, 263 703 residentes não naturais, seguido de Sintra em que este indicador é de 248 114 residentes.

¹⁰ Resultado final da atividade de produção das unidades produtivas residentes na região ou no país no período de referência e que é calculado segundo a ótica da produção, da despesa e do rendimento.

Figura 15.

Proporção de não naturais do município na população residente - Alentejo



O Alentejo é uma das regiões, a par das regiões de Lisboa e Algarve, que altera a sua posição no ranking da atração e da repulsão populacional, que enquanto, no cômputo nacional de atração de população, o Alentejo ocupa o 3º lugar com uma taxa de 31,1%, já no que diz respeito à repulsão o Alentejo é considerado a região mais repulsiva a nível nacional (42,9%).

De acordo com os Censos 2011, o Alentejo registava 757 302 de residentes, dos quais 521 434 (68,9%) residiam no município de naturalidade e 235 868 (31,1%) indicaram ser natural de outro município ou do estrangeiro.

O Alentejo, que é a 3ª região com o maior número de municípios (58), apresenta valores de atratividade, em termos de município, pouco expressivos. Isto significa que na classe “*Muito alta*” (58,4 – 70,6%) não existe registo de qualquer município e na classe “*Alta*” (entre 46,2% e 58,4%) encontram-se apenas 2 municípios com os seguintes valores Benavente (55,5%) e Sines (47,0%), respetivamente nas sub-regiões Lezíria do Tejo e Alentejo Litoral.

Os municípios que se encontram na classe “*Média*” (34,1% - 46,2%) representam 18,9% dos 58 municípios que constituem o Alentejo. A classe “*Média*”, constituída por 11 municípios, é representada pelas sub-regiões Lezíria do Tejo (4 municípios), Baixo Alentejo (3 municípios) e as seguintes, em *ex aequo* com 2 municípios, as sub-regiões Alentejo Central e Litoral. No topo da referida classe situa-se o município de Vendas Novas (Alentejo Central) com uma taxa de atração de 46,1%, e na base está o município de Beja (Baixo Alentejo) com 34,1% de atratividade.

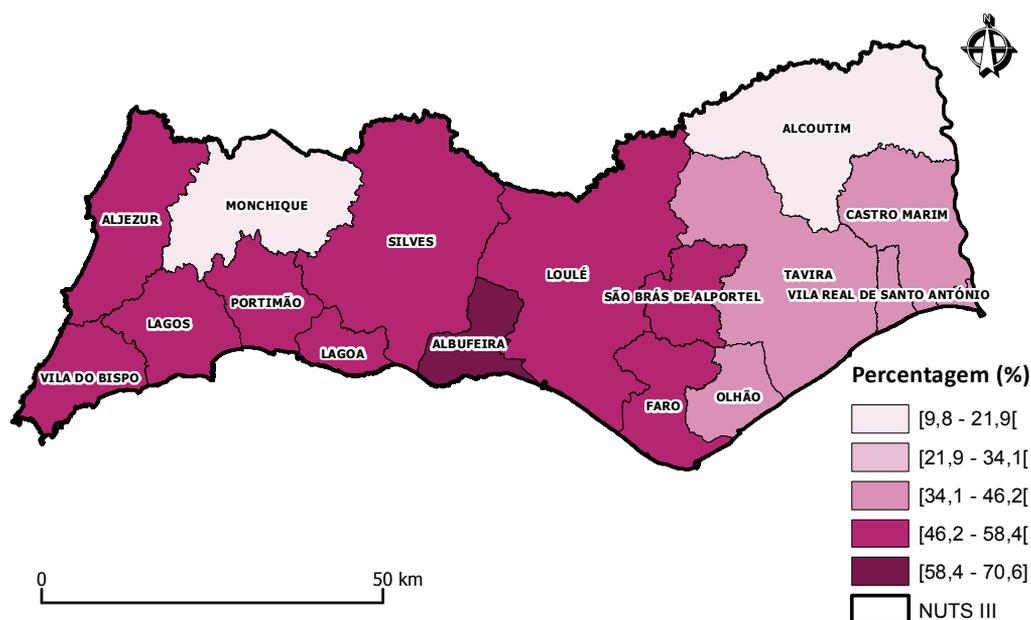
O número de municípios que se encontram na classe “*Baixa*” (21,9% - 34,1%) é de 34, que representam 58,6% dos 58 municípios que constituem o Alentejo. A classe “*Baixa*”, distribui-se pelas seguintes sub-regiões: Alto Alentejo (13 municípios), Alentejo Central (8 municípios), Baixo Alentejo (6 municípios), Lezíria do Tejo (5 municípios) e Alentejo Litoral (2 municípios). Esta classe de frequências regista uma amplitude de 9,6% cujo valor máximo se verifica no município de Salvaterra de Magos (32,2%) e o valor mínimo no município da Chamusca (22,6%), ambos pertencentes à sub-região Lezíria do Tejo.

A classe “*Muito baixa*” é representada por 11 municípios da região do Alentejo (19,0%). O município de Gavião, pertencente à sub-região do Alto Alentejo, regista uma atratividade de 21,6% e o município menos atrativo é Barrancos (13,7%), situado na sub-região do Baixo-Alentejo.

Sobre a repulsão populacional, as taxas de repulsão (municípios) mais elevadas e superiores à taxa de repulsão regional (42,9%) verificam-se em 38 (65,5%) dos 58 municípios, numa lista encabeçada por: Mértola (68,4%), Ourique (67,3%), Alter do Chão (60,9%), Monforte (58,0%) e Mora (57,7%). Por sua vez, os cinco municípios com taxas de repulsão mais reduzidas do Alentejo são: Almeirim (19,4%), Benavente (20,7%), Salvaterra de Magos (22,9%), Cartaxo (24,4%) e Rio Maior (25,8%), todos pertencentes à sub-região Lezíria do Tejo.

Figura 16.

Proporção de não naturais do município na população residente - Algarve



A região do Algarve ocupa o 2º lugar na classificação da atração populacional a nível nacional com uma taxa de 50,2%. Em 2011, residiam na região do Algarve 451 006 habitantes, sendo que 224 518 (49,8%) residiam no município de naturalidade e 226 488 (50,2%) indicaram ser natural de outro município ou do estrangeiro. No que diz respeito à repulsão, o Algarve ocupa o 3º lugar com uma taxa de 33,1%.

O Algarve, que é a 2ª região com o menor número de municípios (16), apresenta valores de atratividade, em termos de município, bastante elevados. Isto significa que nas classes “*Muito alta*” e “*Alta*” estão concentrados 62,5% (10) dos municípios que constituem a região do Algarve.

A classe “*Muito Alta*” é liderada, isoladamente, pelo município de Albufeira com uma taxa de atração de 63,0% (25 707 de residentes não naturais). É de notar que, neste município o número de residentes com naturalidade noutro município ou estrangeiro é superior em mais de 10 000 habitantes ao número de residentes naturais de Albufeira (15 121). A classe “*Alta*” definida pelo intervalo de 46,2% – 58,4% representa a maioria dos municípios (9) em que nos lugares cimeiros surgem os municípios de Lagoa e Portimão com taxas de atração de 57,0% e 55,4% respetivamente. Na base da classe encontram-se os municípios de Vila do Bispo (49,1%) e Silves (47,8%).

Na classe “*Média*” inserem-se as taxas de atratividade dos municípios de Olhão (a mais elevada: 41,2%) e a de Tavira (a mais baixa: 37,6%) separadas apenas por 3,6 p.p.

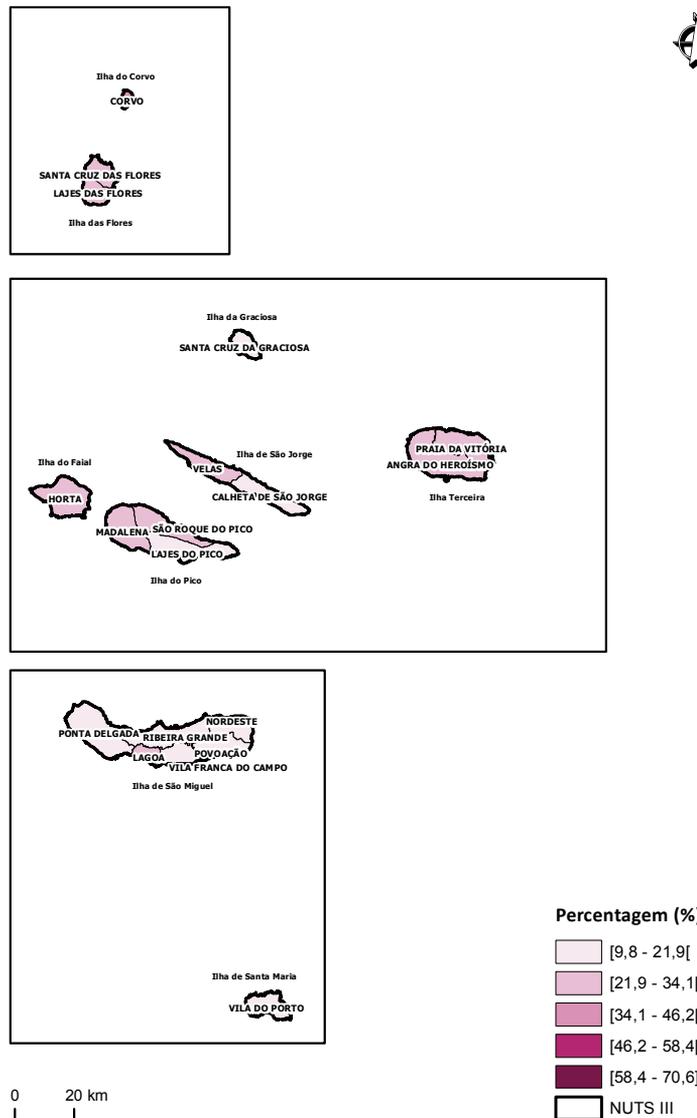
Sem qualquer registo na classe “*Baixa*”, os restantes 2 municípios pertencentes à região do Algarve fazem parte da classe “*Muito baixa*” e são eles os municípios de Alcoutim (20,9%) e Monchique (20,4%).

Na generalidade, apenas 3 municípios registam taxas de repulsão superiores a 50%, nomeadamente os municípios de Alcoutim (65,1%), Monchique (61,1%) e Aljezur (56,2%) com residência fora do município de naturalidade.

Do ponto de vista geográfico, verifica-se que os 2 municípios com taxas mais baixas de atração e de repulsão¹¹ (Alcoutim e Monchique) também são municípios não pertencentes à orla costeira, o que poderá ser explicado, em grande parte, pelo tipo de atividade económica que caracteriza o Algarve¹², ou seja, o turismo balnear ligado ao mar e ao clima.

Figura 17.

Proporção de não naturais do município na população residente – Região Autónoma dos Açores



A Região Autónoma dos Açores ocupa a última posição no panorama nacional em termos de atratividade (20,8%), o que significa que o respetivo nível de atratividade da R.A. Açores se situa abaixo do registado em termos nacionais (38,5%). Porém, a taxa de repulsão registada (19,9%) coloca os Açores como a região menos repulsiva a nível nacional, o que significa que, apesar da baixa atratividade da região, a R.A. dos Açores fixa mais população natural do que qualquer outra em todo o país.

Se efetuarmos uma análise comparativa, relativamente à atratividade (residentes naturais de outro município ou do estrangeiro), entre as 9 ilhas que compõem a R.A. Açores verifica-se que, a ilha do Corvo (42,3%) e a ilha das Flores com dois municípios: Santa Cruz das Flores (33,8%) e Lajes das Flores (32,6%) são, no seu conjunto, as mais atrativas de todo o arquipélago, enquanto as ilhas S. Miguel (ex. os municípios Vila Franca do Campo com 10,9% e o Nordeste com 14,5%) e Graciosa (15,7%) são as menos atrativas.

11 Exceção feita ao município de Aljezur relativamente à taxa de repulsão.

12 Retrato Territorial de Portugal 2011

Em termos de municípios, segundo os Censos 2011, a dimensão da população residente apresenta uma grande variabilidade populacional, entre os 430 habitantes (valor mínimo) do Corvo e os 547 733 habitantes (valor máximo) de Lisboa. Estas e outras diferentes dimensões contextualizam o enfoque da atratividade no quadro das heterogeneidades quanto à ordem de grandeza populacionais, num contexto de relatividade, dos 308 municípios do país.

De acordo com as categorias utilizadas para classificar o nível de atratividade dos municípios, nas classes “*Muito Alta*” e “*Alta*” não se verifica qualquer registo nesta região autónoma. Na classe “*Média*” apenas se verifica o registo do município do Corvo, sendo este considerado simultaneamente atrativo (42,3%) e repulsivo (37,5%), uma particularidade dos municípios da R.A. Açores nas migrações absolutas no interior das ilhas e inter-ilhas.

Na classe “*Baixa*” encontram-se inseridos 47,4% (9) da totalidade dos municípios da região sendo que, os municípios Sta. Cruz das Flores, Lajes das Flores (ilha das Flores) e S. Roque do Pico (ilha do Pico) apresentam as seguintes taxas de atratividade: 33,8%, 32,6% e 31,2% respetivamente.

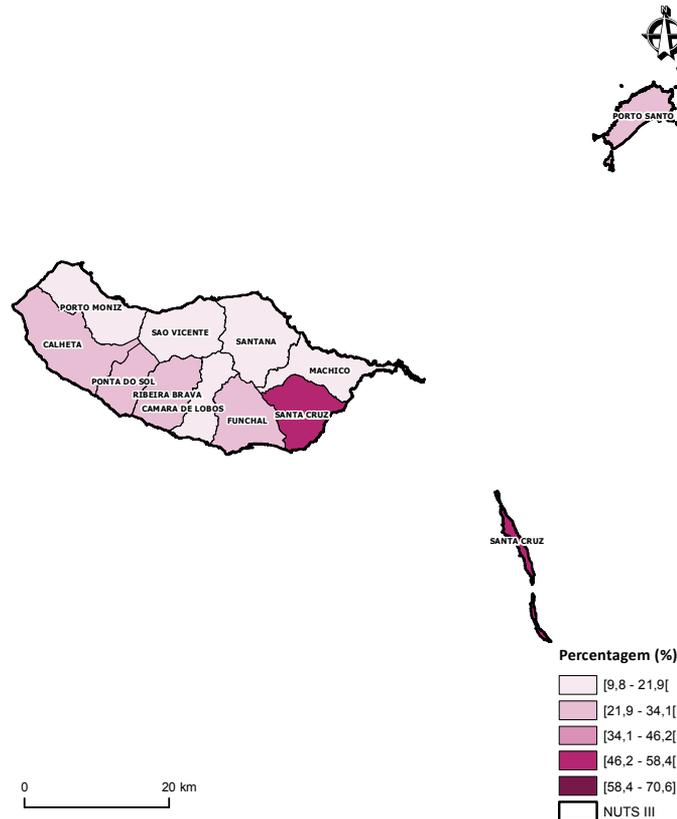
A classe “*Muito baixa*” é representada por 9 municípios, sendo que, 5 dos quais fazem parte da ilha de S. Miguel: Ponta Delgada (19,5%), Ribeira Grande (17,4%), Povoação (16,4%), Nordeste (14,5%) e Vila Franca do Campo (10,9%). Nas restantes ilhas assiste-se à seguinte ordenação: ilha do Pico (Lajes do Pico 19,6%), ilha de Sta. Maria (Vila do Porto 18,6%), ilha de S. Jorge (Calheta 18,1%) e por último a ilha da Graciosa (Sta. Cruz da Graciosa 15,7%).

Sobre a repulsão populacional, as taxas de repulsão (municípios) mais elevadas e superiores à taxa de repulsão regional (19,9%) verificam-se em 12 (63,2%) dos 19 municípios, numa lista encabeçada por: Calheta (45,2%), Corvo (37,5%), Lajes das Flores (34,5%), S. Roque do Pico (34,3%) e Lajes do Pico (29,8%). Por sua vez, os cinco municípios com taxas de repulsão mais reduzidas da R.A. Açores são: Vila Franca do Campo (16,8%), Sta. Cruz da Graciosa (16,3%), Lagoa (14,9%), Ribeira Grande (13,1%) e Vila Praia da Vitória (12,8%).

No entanto, e apesar dos valores registados, os municípios poderão ser simultaneamente atrativos e repulsivos tal como se verifica nos seguintes casos: Ponta Delgada que regista uma taxa de repulsividade de 19,7% e de atratividade 19,5%; em Sta. Cruz da Graciosa a repulsividade situa-se nos 16,3% e a atratividade 15,7%; no município das Lajes das Flores a repulsividade atinge os 34,5% e atratividade 32,6% e por último, Velas com um nível de repulsividade de 25,4% e a de atratividade de 23,4%.

Figura 18.

Proporção de não naturais do município na população residente – Região Autónoma da Madeira



A Região Autónoma da Madeira, no contexto nacional, ocupa a sexta e penúltima posição em termos de atratividade com 26,7%, mais 5,9 p.p. que a R.A. Açores, menos 2,2 p.p. do que a região Norte e abaixo do nível de atração nacional em cerca de 12 p.p.

A R.A. Madeira é composta por 2 ilhas povoadas - Madeira e Porto Santo – e 11 municípios, 10 na ilha da Madeira e 1 no Porto Santo. A R.A. Madeira regista, de acordo com os Censos 2011, um total de 267 785 residentes sendo que, 196 164 (73,3%) de habitantes residem no mesmo município em que nasceram e 71 621 (26,7%) de habitantes residem fora do município de naturalidade ou são provenientes do estrangeiro.

Sem qualquer registo nas classificações “*Muito alta*” e “*Alta*” a R.A. Madeira, no seu conjunto, qualifica-se pouco atrativa. Na classificação “*Média*” apenas se encontra o registo do município de Santa Cruz com um nível de atratividade de 47,5%.

Na classificação “*Baixa*” encontram-se inseridos 45,5% (5) da totalidade dos municípios da região sendo que, os municípios Porto Santo e Funchal apresentam as taxas de atratividade mais elevadas, 29,7% e 27,3% respetivamente. A taxa de atratividade de 22,2% (a mais baixa da classe) verifica-se no município da Ribeira Brava.

Assim como na classe “*Baixa*”, também a classe “*Muito baixa*” é também representada por 5 municípios, sendo que, o município de Porto Moniz é líder com 21,5% e o município de Santana é o que apresenta a taxa de atratividade mais reduzida (14,4%) não só da classe mas também de toda a região.

De acordo com as taxas de atratividade nacional (38,5%) e regional (26,7%), apenas o município de Sta. Cruz ultrapassa o valor registado a nível nacional, e o mesmo se verifica a nível do contexto regional nos municípios Santa Cruz, Porto Santo e Funchal.

É de notar que o intervalo de valores entre o registo mais elevado de atratividade territorial (Sta. Cruz 47,5%) e o mais baixo (Santana 14,4%) é de 33,1%. Desta forma, verifica-se a grande variabilidade deste indicador no contexto municipal da Região.

Sobre a repulsão populacional, que se caracteriza pela perda de população natural, as taxas de repulsão mais elevadas e superiores à taxa de repulsão regional (24,7%) verificam-se em 5 (45,5%) dos 11 municípios, numa lista encabeçada por São Vicente (40,6%), Santana (37,9%), Porto Moniz (37,9%), Funchal (27,2%) e Ponta do Sol (24,8%). Por sua vez, os municípios da Calheta e Sta. Cruz são os municípios menos repulsivos da R.A. Madeira com 17,6% e 17,0% respetivamente.

Bibliografia

Castro, Fátima Velez de – Imigração e territórios em mudança – Cadernos de Geografia n.º 30/31 – 2011/12. Departamento de Geografia e Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território (CEGOT). Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

Hawkins; Oliver, (3 December 2015) Migration Statistics, House of Commons, Library.

Fonseca, Maria Lucinda – Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa. Cadernos de Geografia. 1990.

Oliveira, Elsa; Portugal: Uma síntese estatística regional até ao nível de município – Gabinete de Estratégia e Estudos/Ministério da Economia; Janeiro 2014.

St. Aubyn, António e Nune Venes, (2011), Análise de Dados – Aplicações às Ciências Económicas e Empresariais, Universidade Lusíada de Lisboa: Verlag Dashöfer Edições Profissionais, Unip., Lda.

INE (2013), Retrato Territorial de Portugal – 2011.

INE (2002), Atlas das Cidades de Portugal.

Population Division; Technical Paper No. 2013/1 - Cross-national comparisons of internal migration: An update on global patterns and trends. United Nations – New York, 2013.

Région de naissance, région de domicile – Cartes interactives. Institut national de la statistique et des études économique. 2015

United Nations Economic Commission for Europe, Conference of European Statisticians. Recommendations for the 2010 Census of Population and Housing. Cooperation with the Statistical Office of the European Union (Eurostat). United Nations New York and Geneva, 2006.

Websites consultados

Eurostat - <http://ec.europa.eu/eurostat/web/maritime-policy-indicators/methodology>

Institut National de la Statistique et des Études Économiques - <http://www.insee.fr/fr/> (França)

Instituto Nacional de Estadística - <http://www.ine.es/> (Espanha)

Federal State Statistics Service - http://www.gks.ru/wps/wcm/connect/rosstat_main/rosstat/en/main/ (Rússia)

Bundesamt für Statistik - <http://www.bfs.admin.ch/bfs/portal/en/index.html> (Suíça)

US Census Bureau - <http://www.census.gov/> (EUA)

Statistics Belgium - <http://statbel.fgov.be/en/statistics/figures/> (Bélgica)

Office for National Statistics - <https://www.ons.gov.uk/> (Reino Unido)

United Nations; Department of Economic and Social Affairs; Population Division. Technical cooperation activities of the Population Division (Multilingual Demographic Dictionary) - <http://www.demopaedia.org>